



**MINISTÉRIO PÚBLICO
PORTUGAL**

PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA
DEPARTAMENTO CENTRAL DE
INVESTIGAÇÃO E AÇÃO PENAL

ANO 2021

1- TRÁFICO DE ESTUPEFACIENTES AGRAVADO E TRÁFICO DE ESTUPEFACIENTES

O Ministério Público, no Departamento Central de Investigação e Ação Penal (DCIAP) deduziu acusação contra vinte e seis arguidos, imputando-lhes a prática de crimes de tráfico de estupefacientes.

Três dos arguidos acusados, constituíram entre si, um grupo para transportar canábis desde Marrocos para Portugal, procedendo à sua descarga na costa do Algarve, a fim de obterem proventos financeiros.

Outros seis arguidos aderiram a este grupo e tinham a seu cargo a logística das operações, designadamente a gestão de dois armazéns, no qual guardavam o material necessário ao transporte da canábis, bem como o fornecimento de veículos e de lanchas rápidas semi-rígidas, que tripulavam, e, ainda, a colocação e retirada da água destas e a sua manutenção.

Os demais arguidos colaboraram com os nove que integravam o grupo, procedendo a uma descarga de canábis numa praia do Algarve.

O Ministério Público apreendeu duas lanchas rápidas, cerca de 1.900 kgs. de canábis e cinco veículos automóveis.

A situação processual dos arguidos é a seguinte: 12 deles, encontram-se sujeitos a prisão preventiva; 8 arguidos, estão sujeitos à obrigação de permanência na habitação; e, os restantes, não estão sujeitos a medida restritiva da liberdade.

O Ministério Público foi coadjuvado pela Polícia Judiciária – DIC de Portimão.

NUIPC 130/18.2JAPTM

Data da acusação: 03-02-2021



2- TRÁFICO DE ESTUPEFACIENTES

O Ministério Público, no Departamento Central de Investigação e Ação Penal (DCIAP) deduziu acusação contra quatro arguidos, imputando-lhes a prática de crimes de tráfico de estupefacientes.

Os arguidos deslocaram-se a Espanha, onde adquiriram cânabis (folhas e sumidades) que transportaram para Portugal, por via terrestre, utilizando dois veículos automóveis, a fim de obterem proventos financeiros.

Os arguidos foram detidos, em flagrante delito, durante a viagem de regresso a Lisboa. O Ministério Público apreendeu um veículo automóvel e 7,774 quilogramas de cânabis.

Os arguidos encontram-se em prisão preventiva.

O Ministério Público foi coadjuvado pela Polícia de Segurança Pública – 1ª Esquadra de Investigação Criminal de Lisboa.

NUIPC 369/20.0TELSB

Data da acusação: 11-02-2021

3- HOMICÍDIO QUALIFICADO NA FORMA TENTADA E DETENÇÃO DE ARMA PROIBIDA

O Ministério Público, no Departamento Central de Investigação e Ação Penal (DCIAP) deduziu acusação contra um arguido, imputando-lhe a prática de crimes de homicídio qualificado na forma tentada e detenção de arma proibida.



De acordo com a acusação, o arguido, trabalhador de um estabelecimento noturno de diversão, no âmbito da sua atividade profissional, disparou, pelo menos, três projéteis na direção do ofendido a fim de lhe tirar a vida. Um dos projéteis embateu no corpo do ofendido, o qual, apenas não morreu porque um terceiro indivíduo deu uma pancada na mão com que o arguido empunhava a arma.

O arguido encontra-se sujeito a termo de identidade e residência.

O Ministério Público foi coadjuvado pela Polícia Judiciária – Unidade Nacional de Contra Terrorismo.

NUIPC 21/14.6PJCS

Data da acusação: 26-03-2021

4- FRAUDE FISCAL QUALIFICADA e FRAUDE FISCAL

O Ministério Público, no Departamento Central de Investigação e Ação Penal (DCIAP) deduziu acusação contra sessenta e dois arguidos (pessoas coletivas e singulares), imputando-lhes a prática de crimes de fraude fiscal.

Da acusação resulta que os arguidos utilizaram, nos anos de 2014 e 2015, programas de faturação (equipamento e aplicativos informáticos *hardware* e *software*) e programas de manipulação, que permitiam ocultar quantias pagas em numerário, não faturadas (por pessoas singulares sujeitas a IRS ou por pessoas coletivas sujeitas a IRC), entregues pelos clientes de diversos restaurantes, explorados por diferentes sociedades.



Em consequência da atuação delituosa, todos os arguidos sabiam e conseguiram diminuir a matéria tributável, em sede de IRS e IRC, os valores do(s) imposto(s) a pagar, causando deliberadamente a diminuição das receitas tributárias.

Com efeito, em função da ocultação dos valores efetivamente recebidos, através da eliminação da faturação realizada pelo programa de faturação fraudulento, todos os arguidos provocaram prejuízos ao Estado português – Autoridade Tributária –, os quais ascendem ao montante global de 3.129.502.98 euros (IRC, IVA e IRS).

O Ministério Público deduziu pedido de indemnização cível, em representação do Estado português – Ministério das Finanças – pelo montante global dos impostos devidos e não pagos, cujo montante global ascende a 3.129.502,98 € (três milhões cento e vinte e nove mil, quinhentos e dois euros e noventa e oito cêntimos).

Os arguidos encontram-se sujeitos a Termo de Identidade e Residência.

O Ministério Público foi coadjuvado pela AT-Direção de Serviços de Investigação da Fraude e Ações Especiais (DSIFAE)

NUIPC 445/14.9TELSB

Data da acusação: 05-04-2021

5- ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA, DESVIO DE DADOS PESSOAIS, FALSIDADE INFORMÁTICA, ACESSO ILEGÍTIMO E DANO INFORMÁTICO

O Ministério Público, no Departamento Central de Investigação e Ação Penal acusou um arguido pela prática de um crime de associação criminosa, visando a comissão de crimes de acesso indevido e de desvio de dados pessoais, de falsidade informática, acesso ilegítimo e de dano informático.



Segundo a acusação, o arguido é fundador de um grupo que se dedica à prática de ilícitos de natureza cibernética e desenvolve aquilo a que se denomina por *hacktivism*, ou seja, ações levadas a cabo em coletivo, como forma de protesto político alcançadas através de invasão cibernética e de incitação à desobediência civil.

O arguido, em conjunto com indivíduos não identificados, exploraram as vulnerabilidades de sites de entidades públicas e privadas (portuguesas e estrangeiras) e lograram aceder aos seus sistemas informáticos e, após entrada, ou uso de credenciais de acesso previamente divulgadas pelo próprio grupo em espaço aberto na internet, fruto de *leaks* anteriores.

Após entrada nos sistemas informáticos, escalaram privilégios e provocaram alterações de configuração das bases de dados associadas aos respetivos *sites* ou outras funcionalidades.

De seguida, procederam à cópia e à exfiltração de informação contida nessas bases de dados, a qual, depois, divulgaram nas redes sociais, aquando da reivindicação dos ataques.

O arguido encontra-se sujeito à medida de coação de prisão preventiva.

O Ministério Público foi coadjuvado pela Polícia Judiciária.

NUIPC 225/20.2TELSB

Data da acusação: 28-04-2021



6- FRAUDE FISCAL QUALIFICADA

O Ministério Público, no Departamento Central de Investigação e Ação Penal (DCIAP) deduziu acusação contra três arguidos, um dos quais é pessoa coletiva, imputando-lhes a prática de crimes de fraude fiscal qualificada.

De acordo com a acusação, está em causa um estratagema elaborado pelos dois arguidos, na qualidade de representantes legais da sociedade, traduzido na emissão e posterior utilização de faturas por valores discrepantes por defeito em relação ao valor real das vendas, não refletindo nas respetivas declarações fiscais tal valor real, com a consequente diminuição do valor dos impostos devidos em sede de IVA e IRC, referentes aos exercícios de 2010 a 2012, dos quais resultou um prejuízo para o Estado no valor de € 199.802,68.

No âmbito do inquérito foram realizadas buscas em diversas instalações da sociedade visada tendo sido apreendidas 259 pastas de arquivo com documentação contabilística, bem como diversos suportes informáticos.

A sociedade em atividade até à atualidade, tem diversas lojas de venda ao público, localizadas por todo o território nacional.

Os arguidos encontram-se sujeitos a termo de identidade e residência.

O Ministério Público foi coadjuvado pela Polícia Judiciária e Autoridade Tributária e Aduaneira

NUIPC 1498/14.5JFLSB

Data da acusação: 04-05-2021



7- PECULATO, EXTORSÃO QUALIFICADA, BRANQUEAMENTO DE CAPITALS, FALSIFICAÇÃO DE DOCUMENTO E BURLA QUALIFICADA NA FORMA TENTADA

O Ministério Público, no Departamento Central de Investigação e Ação Penal (DCIAP) deduziu acusação contra sete arguidos, imputando-lhes a prática de crimes de peculato, extorsão qualificada e branqueamento de capitais, falsificação de documento e burla qualificada na forma tentada.

No período compreendido entre março 2010 e junho de 2017, um dos arguidos, nomeado administrador de insolvência em processos dessa natureza, em diversas Comarcas do país e não obstante lhe ter sido atribuída remuneração pela função exercida, efetuou a movimentação de valores e bens (incluindo imóveis), pertença da massa insolvente e utilizou contas bancárias particulares, por si tituladas, para subtrair montantes em dinheiro, a seu belprazer e fê-los seus.

O arguido, na função de administrador de insolvência, atuou pela forma acima descrita, em detrimento da massa insolvente e dos credores com garantias e desviou para contas bancárias particulares, por si tituladas e por dois advogados, atuando em conluio entre si, locupletando-se com montantes que ascendem globalmente a 1.002.970,28 euros e fizeram-nos seus.

Este arguido, aproveitou-se da qualidade de administrador de insolvência e da proximidade que a mesma lhe proporcionava aos montantes, que a mesma lhe impunha administrar, e mesmo assim, decidiu fazer seus os montantes globais que ascendem a milhares de euros, bem sabendo que tais montantes que lhe cumpria administrar e não lhe eram devidos, por serem pertença da massa insolvente e dos credores reconhecidos, como tal no processo.



O arguido e os quatro advogados, com este, conluiados, sabiam que aquele enquanto administrador judicial, lhe estava cometida uma função pública compreendida na função jurisdicional do Estado.

No mesmo período temporal, o arguido, enquanto administrador de insolvência em processos judiciais e conluiado com quatro arguidos (todos advogados), extorquiram valores em numerário, cheques e bens imóveis, exercendo violência psicológica sobre os cidadãos/devedores (insolventes e/ou executados), sobre clientes destes advogados, e, contra a lei e deveres profissionais, apoderaram-se de valores que não lhes pertenciam, cujos prejuízos ascendem globalmente a 1.185.926,98 euros.

Além do mais, dois dos arguidos (advogados) dissimularam a origem ilícita dos proventos e vantagens assim obtidos, colocaram-nos em contas bancárias particulares e desse modo, introduziram montantes ilícitos na economia legítima.

Atuaram todos de forma livre e consciente, violando os deveres da função e sabiam que atuavam contrariamente à lei, em prejuízo de cidadãos insolventes e/ou executados e em situação económica vulnerável.

Os arguidos encontram-se sujeitos a termo de identidade e residência.

O Ministério Público foi coadjuvado pela Polícia Judiciária.

NUIPC 3655/15.8T9AAVR

Data da acusação: 19-05-2021



8- BRANQUEAMENTO, ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA, FALSIFICAÇÃO DE DOCUMENTO AGRAVADA E BURLA QUALIFICADA

O Ministério Público, no Departamento Central de Investigação e Ação Penal (DCIAP) deduziu acusação contra um arguido, imputando-lhe a prática de crimes de branqueamento, associação criminosa, falsificação de documento agravada e burla qualificada.

De acordo com a acusação, entre os anos de 2017 e 2020, um vasto grupo de indivíduos essencialmente de nacionalidade francesa e israelita, conjuntamente e no âmbito de uma organização internacional envolvendo várias dezenas de suspeitos, a operar por toda a Europa, Israel e também Marrocos, constituindo entre eles uma estrutura estável estrategicamente delineada, utilizando meios e expedientes que criaram, defraudaram várias pessoas e empresas – maioritariamente residentes ou com sede em França ou de língua francófona, residindo na Bélgica, em Marrocos, Suíça, Alemanha -, apoderando-se de elevadas quantias monetárias em valor superior a 5 milhões de euros, que as suas vítimas entregaram a esta organização após serem induzidas em erro, acreditando que aquele dinheiro se destinava a beneficiá-los de algum modo.

Mais concretamente, esta organização fazia crer erroneamente que o dinheiro que estava a transferir da sua conta para uma das diversas contas bancárias controladas por este grupo criminoso, se destinaria, nomeadamente, a um dos seguintes objetivos:

- investir em produtos financeiros de elevado retorno - nomeadamente, mas não só, em criptomoeda, ouro, diamantes, opções binárias, espaços de estacionamento, imobiliário, produtos agrícolas, vinhos, mercados financeiros, levando-as a fazer investimentos monetários em negócios inexistentes;



- pagar a fornecedores da empresa vítima de fraude – *CEO Fraud* - através de contas e sites que forjavam e aparentavam pertencer a sociedades legítimas já conhecidas e que eram seus parceiros de negócios e/ou fornecedores a quem teriam que efetuar pagamentos, ou convenciam as vítimas que a sua sociedade teria que efetuar pagamentos no âmbito de uma oferta pública de aquisição de outra sociedade, inexistente;
- depósito numa conta online controlada pelo grupo que a vítima acreditava pertencer a si num âmbito de um falso empréstimo bancário que lhe seria concedido.

A interação dos elementos deste grupo com as suas vítimas era quase sempre feita, num primeiro momento, através da internet, seja por meio de páginas forjadas criadas para esse efeito, cujo conteúdo era falso e cujo nome das mesmas visava ser associado a sociedades reais e credíveis, ou por mensagens de correio eletrónico através de endereços contendo partículas no nome que visavam levar à associação daquele endereço às referidas sociedades sempre com o intuito de a fazer crer na sua história falsa e através da mesma fazê-las entregar o seu dinheiro nas mãos daquela organização, acreditando que o fazia em benefício próprio

De modo a evitar que a sua identidade fosse descoberta e que viessem a ser perseguidos criminalmente por estes factos e de modo a que as vítimas e o sistema de justiça não conseguissem descobrir onde se encontrava o dinheiro, no âmbito do logro referido, levavam a vítima erroneamente a fazer a transferência para contas bancárias ditas de primeira linha, pertencentes a sociedades abertas e controladas por membros deste grupo e situadas num outro país, localizado na União Europeia ou na Europa, mormente em Portugal, Hungria, Alemanha, Suíça, Reino Unido.

Donde, de imediato e no mais curto prazo de tempo possível tais quantias eram transferidas para contas bancárias apelidadas de segunda linha, pertencentes a



sociedades criadas e controladas por elementos deste grupo, situadas em países como por exemplo Áustria, Eslováquia, Hungria, China, Turquia, República Checa, onde acreditavam que uma eventual cooperação internacional para descobrir o rasto do dinheiro seria mais morosa e ineficaz

Sempre com o objetivo último de se apoderarem do dinheiro sem deixarem rasto que permitisse às autoridades policiais e judiciais chegar até si e responsabilizá-los criminalmente, podendo assim usar o mesmo como se tivesse uma origem legítima.

Para que esta rede criminosa pudesse replicar com tão grande dimensão e rapidez os seus esquemas fraudulentos e dissipar os seus elevados lucros tinham necessariamente elementos para as diferentes tarefas:

Mormente o arguido nestes autos - entre outros suspeitos - ocupava a função de “testa de ferro”, que consistia em viajar por todos estes países por onde circulava o dinheiro do grupo de modo a abrir sociedades e contas bancárias de passagem em seu nome ou em nome de identidades falsas. Estes elementos do grupo ficavam incumbidos assim de tratar de todos os assuntos relativos a estas contas bancárias que necessitassem da sua presença física junto de diversas entidades, nomeadamente ao balcão do banco, obtendo as credenciais necessárias para acesso ao *homebanking*, possibilitando assim, que outros elementos do grupo, pudessem movimentar a conta *online*.

Como tal, deslocaram-se por diversas vezes a Portugal e aqui permaneceram pelo tempo estritamente necessário, a fim de constituir sociedades com sede em Portugal em que figurariam como únicos sócios e gerentes e procederiam à subsequente abertura de contas bancárias em nome das empresas criadas e/ou desse sócio-gerente.



As sociedades que o arguido e estes elementos do grupo criaram em Portugal, não visavam qualquer atividade real e tinham apenas uma aparência real, visando a sua criação a abertura de contas bancárias em seu nome, com o intuito de por elas fazer passar as quantias que as vítimas ou terceiros transferiam e que eram, pelos elementos deste grupo criminoso, de imediato debitadas, e, assim, ocultarem sua verdadeira proveniência e titularidade.

Com tal atividade foram calculados prejuízos no valor de € 5.000.000,00.

Nos autos foram apreendidos cerca de € 155.484,29 correspondendo parte a saldos bancários apreendidos.

Foi solicitada a perda de vantagens do facto ilícito típico a favor do Estado, relativamente à quantia apreendida nos autos acrescido de quaisquer outras vantagens que se vierem a apurar que obteve com a prática delituosa, sem prejuízo dos direitos do lesado.

O arguido encontra-se em prisão preventiva.

O Ministério Público foi coadjuvado pela Polícia Judiciária/ UNC3T.

NUIPC 401/20.8TELSB

Data da acusação: 04-06-2021

9- CONTRABANDO QUALIFICADO

O Ministério Público, no Departamento Central de Investigação e Ação Penal (DCIAP) deduziu acusação contra quatro arguidos, imputando-lhes a prática de crimes de contrabando qualificado.

Da acusação resulta que os arguidos se dedicavam a contrabando de tabaco por via aérea, efetuando quer o seu transporte quer levantando malas de viagem no aeroporto



de Lisboa transportadas por outros passageiros, vulgarmente designados de “mulas” ou mesmo reencaminhando as “mulas” para outros destinos, quer dispondo de alojamento para tais indivíduos.

Tal atividade teve início no ano de 2017 e terminou a 06-02-2019, tendo os arguidos formulado o plano de, em conjugação de esforços e intenções, introduzirem em território nacional, tabaco produzido no leste Europeu e na Rússia, sem o declarar às estâncias aduaneiras e sem efetuar o pagamento dos respetivos impostos relativos a IEC (Imposto Especial sobre Consumo), direitos aduaneiro e IVA, repartindo o lucro dessa atividade delituosa e, deste modo, causaram prejuízo ao Estado que ascende a cerca de 50 mil euros.

Foram apreendidos milhares de maços de tabaco.

Os arguidos encontram-se sujeitos a Termo de Identidade e Residência.

O Ministério Público foi coadjuvado pela Guarda Nacional Republicana/UAF

NUIPC 383/19.9TELSB

Data da acusação: 14-06-2021

10- INSOLVÊNCIA DOLOSA, FALSIFICAÇÃO DE DOCUMENTO E DETENÇÃO DE ARMA PROIBIDA

O Ministério Público, no Departamento Central de Investigação e Ação Penal (DCIAP) deduziu acusação contra três arguidos, imputando-lhes a prática de crimes de insolvência dolosa, falsificação de documento e detenção de arma proibida.



De acordo com a acusação, os factos, cometidos em Maio de 2009 e Fevereiro de 2012, consubstanciam-se na realização de negócios de compra e venda de um imóvel e de trespasse de um estabelecimento comercial, com vista a diminuir ficticiamente os ativos dos arguidos devedores e de sonegar esse património da ação dos credores, em prejuízo destes.

Pelo Ministério Público foi promovida a perda de um prédio urbano e de um estabelecimento comercial, no valor total de 550.000,00 €, bem como de um direito de crédito de 500,000,00 € e do direito de retenção sobre o referido prédio, tendo sido determinada a apreensão do imóvel e do estabelecimento comercial.

Os arguidos encontram-se sujeito a termo de identidade e residência.

O Ministério Público foi coadjuvado pela Polícia Judiciária.

NUIPC 1485/14.3TAALM

Data da acusação: 23-06-2021

11-INTRODUÇÃO FRAUDULENTA NO CONSUMO QUALIFICADA, FRAUDE FISCAL QUALIFICADA E FALSIFICAÇÃO DE DOCUMENTO

O Ministério Público, no Departamento Central de Investigação e Ação Penal (DCIAP) deduziu acusação contra cinco arguidos, imputando-lhes a prática de crimes de introdução fraudulenta no consumo.



Da acusação resulta que os arguidos se dedicavam à introdução fraudulenta no consumo de tabaco, tendo sido apreendido um transporte com cerca de 12 toneladas de tabaco triturado a 22 de janeiro de 2019 na auto-estrada nº 6 a caminho da fronteira de Espanha. Foi apreendido o transporte do tabaco (camião e reboque) e o armazém que servia de entreposto.

O cálculo da dívida relativa a essa apreensão de tabaco perfaz o valor total de € 2.554.328,70 (dois milhões quinhentos cinquenta e quatro mil trezentos e vinte oito euros setenta cêntimos) de Imposto em dívida em IEC (€ 2.076.690) e IVA (€ 477.638,70).

Os arguidos encontram-se sujeitos a Termo de identidade e residência e apresentações periódicas.

O Ministério Público foi coadjuvado pela Guarda Nacional Republicana / UAF de Coimbra

NUIPC 75/18.6F1EVR

Data da acusação: 08-07-2021

12- FRAUDE FISCAL QUALIFICADA

O Ministério Público, no Departamento Central de Investigação e Ação Penal (DCIAP) deduziu acusação contra oito arguidos, imputando-lhes a prática de crimes de fraude fiscal qualificada.

Da acusação resulta que um grupo de indivíduos, através de sociedades comerciais por si criadas, se dedicava à utilização de faturas sem qualquer suporte em serviços prestados, designadamente de pinhas, pinhões, madeira e cortiça, de modo evitarem o



pagamento dos impostos devidos a título de IVA e de IRC, assim se locupletando de verbas a que não tinham direito.

Com tal atuação causaram os mesmos um prejuízo calculado em €1.353.014, tendo sido deduzido pedido de indemnização cível no mesmo montante.

Os arguidos encontram-se sujeitos a Termo de Identidade e Residência.

O Ministério Público foi coadjuvado pela Guarda Nacional republicana / UAF de Coimbra e DSIFAE.

NUIPC 684/17.0TELSB

Data da acusação: 12-07-2021

13- EXTORSÃO, SEQUESTRO, RAPTO, ROUBO, DETENÇÃO DE ARMA PROIBIDA, OFENSAS A INTEGRIDADE FÍSICA QUALIFICADA, DENÚNCIA CALUNIOSA QUALIFICADA, FALSIFICAÇÃO DE DOCUMENTO, FALSIDADE DE TESTEMUNHO, FOTOGRAFIAS ILÍCITAS, EXERCÍCIO ILÍCITO DA ATIVIDADE DE SEGURANÇA PRIVADA, TRÁFICO E MEDIAÇÃO DE ARMAS, TRÁFICO DE ARMAS, FALSAS DECLARAÇÕES, CRIME DE NÃO CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES RELATIVAS A PROTEÇÃO DE DADOS, VIOLAÇÃO DO DEVER DE SIGILO AGRAVADO, CORRUPÇÃO PASSIVA PARA ATO ILÍCITO, CORRUPÇÃO ATIVA PARA ATO ILÍCITO E CRIME DE UTILIZAÇÃO DE DADOS DE FORMA INCOMPATÍVEL COM A FINALIDADE DA RECOLHA

O Ministério Público, no Departamento Central de Investigação e Ação Penal (DCIAP) deduziu acusação contra vinte e sete arguidos, imputando-lhes a prática de crimes de extorsão, sequestro, rapto, roubo, detenção de arma proibida, ofensas a integridade



física qualificada, denúncia caluniosa qualificada, falsificação de documento, falsidade de testemunho, fotografias ilícitas, exercício ilícito da atividade de segurança privada, tráfico e mediação de armas, tráfico de armas, falsas declarações, crime de não cumprimento de obrigações relativas a proteção de dados, violação do dever de sigilo agravado, corrupção passiva para ato ilícito, corrupção ativa para ato ilícito e crime de utilização de dados de forma incompatível com a finalidade da recolha.

De acordo com a acusação, os vinte e sete arguidos praticaram crimes diversos, praticados na região Oeste de Lisboa.

Entre os arguidos estão um atleta de alta competição, três militares da Guarda Nacional Republicana e três agentes da Polícia de Segurança Pública.

A factualidade da acusação pode cindir-se em grupos. Um dos blocos factuais refere-se à segurança de estabelecimentos de diversão noturna nos quais vários arguidos faziam serviço de vigilância/segurança, alguns sem serem titulares do respetivo cartão emitido pelo MAI/PSP, utilizando métodos violentos nessa atividade.

Alguns destes arguidos, para justificarem as suas condutas, simulavam que os ofendidos (clientes dos estabelecimentos) possuíam armas de fogo e comunicavam esse facto às autoridades policiais. Num dos casos chegaram a colocar uma arma de fogo no interior de um veículo e afirmar, a militares da Guarda Nacional Republicana, que a mesma era pertença do ofendido.

Outro dos blocos factuais concerne às diversas armas de fogo e outras, apreendidas, sendo imputados aos arguidos vários crimes de detenção de arma proibida e de tráfico e mediação de armas.

Um dos arguidos militares da Guarda Nacional Republicana planeou e exercia uma atividade paralela, em relação à sua missão pública, na qual auxiliava infratores rodoviários a eximirem-se às respetivas sanções. Por vezes solicitou vantagens patrimoniais a troco dessa ajuda, sendo acusado de vários crimes de falsificação e de corrupção passiva. Nesta atividade, o mesmo arguido, utilizava identificações de terceiros



a que teve acesso por via das bases de dados acessíveis no âmbito da sua função, sendo acusado de vários crimes de não cumprimento de obrigações relativas à proteção de dados e de violação do dever de sigilo.

Foram apreendidas 6 armas de fogo (1 caçadeira e 5 armas curtas), dezenas de cartuchos e munições de vários calibres, 1 bastão extensível e outras armas cuja posse constituía contraordenação.

Os arguidos encontram-se sujeito a termo de identidade e residência.

O Ministério Público foi coadjuvado pela Polícia Judiciária/ Unidade Nacional de Contra Terrorismo

NUIPC 589/15.OTELSB

Data da acusação: 13-07-2021

14- TRÁFICO DE ESTUPEFACIENTES AGRAVADO E ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA, NA MODALIDADE DE ADESÃO E APOIO

O Ministério Público, no Departamento Central de Investigação e Ação Penal (DCIAP) deduziu acusação contra nove arguidos, imputando-lhes a prática de crimes de tráfico de estupefacientes agravado e de um crime de associação criminosa, na modalidade de adesão e apoio.

No essencial ficou indiciado que, desde data não apurada, mas pelo menos desde finais de 2018, os arguidos dedicaram-se ao tráfico de estupefacientes, atuando por conta de uma organização criminosa que tem diligenciado, designadamente, quer pelo cultivo *indoor*, armazenamento, distribuição e exportação de grandes quantidades de marijuana,



quer pela obtenção de elevadas quantidades de haxixe junto de indivíduos que possuem este produto, em Marrocos, organizando, ainda, o seu transporte por via marítima, desde a costa de Marrocos até à costa portuguesa e/ou espanhola, através de embarcações que foram carregadas com esse estupefaciente.

Mais, ficou indiciado que, pelo menos desde meados do mês de Janeiro de 2020, de acordo com as orientações definidas pela organização, que aqueles nove arguidos, de forma concertada entre todos, diligenciaram pela concretização e acompanhamento de mais um transporte de haxixe.

Os arguidos vieram, contudo, a ser intercetados por elementos da Diretoria do Sul da Polícia Judiciária, sendo, em 28 de Julho de 2020, apreendidos 6.720 (seis mil, setecentos e vinte) quilogramas de haxixe, em Loulé e em Olhos d'Água, no Algarve.

Com a venda do estupefaciente apreendido seriam obtidos proventos monetários muito elevados, certamente superiores a € 34.608.000,00 (trinta e quatro milhões, seiscentos e oito mil euros), uma vez que, em 2020, cada quilo de haxixe foi normalmente vendido no mercado português e europeu por cerca de € 5.150,00 (cinco mil, cento e cinquenta euros).

Foram ainda apreendidos € 15.502,40.

Os arguidos encontram-se sujeitos à medida de coação de prisão preventiva.

O Ministério Público foi coadjuvado pela Polícia Judiciária – Diretoria do Sul.

NUIPC 41/20.1JAFAR

Data da acusação: 13-07-2021



15- TRÁFICO DE ESTUPEFACIENTES

O Ministério Público, no Departamento Central de Investigação e Ação Penal (DCIAP) deduziu acusação contra um arguido, imputando-lhe a prática de crime de tráfico de estupefacientes.

De acordo com a acusação, ao arguido foram apreendidos 30 quilogramas de canábis e um veículo automóvel. Resultou, ainda, fortemente indiciado que este arguido participou na aquisição e no transporte de mais 100 quilogramas de canábis que estão apreendidos à ordem de inquérito ainda a correr termos e no qual já há dois arguidos em prisão preventiva.

O arguido encontra-se sujeito a obrigação de permanência na habitação com vigilância eletrónica

O Ministério Público foi coadjuvado pela Polícia Judiciária – Unidade Nacional Contra o Tráfico de Estupefacientes.

NUIPC 86/21.4GEALM

Data da acusação: 28-07-2021

16- BURLA QUALIFICADA, ABUSO DE CONFIANÇA QUALIFICADA, BRANQUEAMENTO QUALIFICADO E FALSIDADE INFORMÁTICA

O Ministério Público, no Departamento Central de Investigação e Ação Penal (DCIAP) deduziu acusação contra um arguido, pela prática de crimes de burla qualificada, de abuso de confiança qualificada, branqueamento qualificado e falsidade informática.



A acusação, para julgamento perante Tribunal Coletivo, foi deduzida contra o arguido pela prática, entre 2000 e Dezembro de 2008, de crimes de burla qualificada, abuso de confiança qualificada, branqueamento qualificado e falsidade informática, no âmbito das funções que exerceu como Gestor de Conta de agência do BPN, em Lisboa.

De acordo com a acusação foram recolhidos indícios suficientes de que o arguido se aproveitou da confiança nele depositada pelos clientes de que era Gestor, das fragilidades dos sistemas de controlo daquela instituição bancária, e da circunstância de não serem periodicamente enviados extratos aos clientes titulares de contas no BPN IFI e no BPN Cayman, para se apropriar, à medida que o pretendesse, de montantes por aqueles entregues ou que tinham depositados em contas e outros instrumentos financeiros.

Mais ficou indiciado que, para compensar os valores em falta e ocultar a sua conduta ilícita, este arguido fez circular, sem conhecimento ou consentimento dos seus legítimos titulares, fundos de outras conta, de que era gestor, movimentos que concretizou com recurso a documentos por si fabricados ou a formulários que os seus clientes, fruto da confiança que nele depositavam, lhe tinham deixado previamente assinados, tendo-os registado no sistema informático do BPN como se tivessem sido regularmente realizados.

Além disso, e para evitar que os clientes cujos fundos se apropriara se apercebessem da inexistência de fundos nas contas/aplicações de que eram titulares, o arguido foi-lhes propondo sucessivamente a constituição de novas aplicações, sempre, com rendibilidade superior à efetivamente praticada pelo BPN, entregando-lhes comprovativos da sua constituição que previamente forjara e que não tinham qualquer correspondência com os registos informáticos da instituição.

De acordo com o apurado, o arguido causou prejuízos superiores a € 4.000.000,00 aos clientes de que era Gestor e ao BPN.



Na sequência da sua detenção, em 2011, o arguido permaneceu em prisão preventiva até Fevereiro de 2012, momento em que foi libertado, tendo ficado sujeito, entre outras, à medida de coação de Caução, no valor de € 100.000,00.

O Ministério Público foi coadjuvado pela Polícia Judiciária.

NUIPC 24/09.2TELSB

Data da acusação: 05-08-2021

17- TRÁFICO DE ESTUPEFACIENTES, DETENÇÃO DE ARMA E CONSUMO DE ESTUPEFACIENTES

O Ministério Público, no Departamento Central de Investigação e Ação Penal (DCIAP) deduziu acusação contra quatro arguidos, imputando-lhes a prática de crimes de tráfico de estupefacientes, detenção de arma e consumo de estupefacientes.

Da acusação resulta que foram acusados dois arguidos por crime de tráfico de estupefacientes (canábis) e detenção de arma, sendo que os mesmos tinham duas estufas onde cultivavam plantas de canábis.

Outros dois arguidos foram acusados de tráfico de menor gravidade, de detenção de arma e de consumo de estupefacientes.

Foram apreendidas várias plantas e quantidades de canábis, um veículo automóvel, dinheiro, munições de arma de fogo e um bastão extensível.

Os arguidos encontram-se sujeitos a termo de identidade e residência e um deles encontra-se ainda sujeito a obrigação de permanência na habitação.



O Ministério Público foi coadjuvado pela Polícia de Segurança Pública – 1ª Esquadra de investigação criminal de Lisboa.

NUIPC 338/20.0TELSB

Data da acusação: 27-08-2021

18- TRÁFICO DE ESTUPEFACIENTES, TRÁFICO E MEDIAÇÃO DE ARMAS, DETENÇÃO DE ARMA, FALSIFICAÇÃO DE DOCUMENTO, CONDUÇÃO ILEGAL, BRANQUEAMENTO, DENEGACÃO DE JUSTIÇA, FAVORECIMENTO PESSOAL E EXTORSÃO

O Ministério Público, no Departamento Central de Investigação e Ação Penal (DCIAP) deduziu acusação contra trinta e quatro arguidos pela prática de crimes de tráfico de estupefacientes, de tráfico e mediação de armas, de detenção de arma, de falsificação de documentos, de condução ilegal, de branqueamento, de denegação de justiça, de favorecimento pessoal e extorsão.

De acordo com a acusação, a maioria dos arguidos integravam grupos (3 grupos) que se dedicavam à venda de cocaína, heroína e/ou canábis, bem como de armas de fogo e suas munições, sendo os seus centros operacionais em Tomar e no Entroncamento, com ramificações a Elvas, a Castelo Branco e a Torre de Moncorvo.

Foram apreendidas 19 armas (10 espingardas, 2 carabinas, 5 pistolas, 1 arma de fogo dissimulada sob a forma de caneta, 2 armas de ar comprimido e uma arma branca de abertura automática), bem como 857 munições de vários calibres e cartuchos de calibre 12.



Foram, também, apreendidas 16 peças em ouro e a quantia de € 19.765,00.

Também foram apreendidas 918,7 gramas de cocaína, 1,29 gramas de heroína, 151,48 gramas de cânabís e 64 plantas de cânabís.

Quatro dos arguidos encontram-se em prisão preventiva, dois arguidos em obrigação de permanência na habitação com vigilância eletrónica, sete arguidos com medidas de proibição de contactos e de obrigação de apresentação.

O Ministério Público foi coadjuvado pela Polícia de Segurança Pública – Divisão de Investigação Criminal de Lisboa.

NUIPC 221/20.0SLLSB

Data da acusação: 15-09-2021

19- TRÁFICO DE ESTUPEFACIENTES AGRAVADO E ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA PARA O TRÁFICO

O Ministério Público, no Departamento Central de Investigação e Ação Penal (DCIAP) deduziu acusação contra quatro arguidos, imputando-lhe a prática de crimes de tráfico de estupefacientes agravado e associação criminosa para o tráfico.

De acordo com a acusação, desde, pelo menos, o início do mês de Outubro de 2020, que uma organização criminosa transnacional de distribuição de Cocaína, composta por indivíduos de Nacionalidade Espanhola, Colombiana, Portuguesa e Holandesa planeou a entrega de pelo menos 151 quilos daquele estupefaciente em Portugal, produto que seria depois quase todo transportado para o norte da Europa.

Nos meses de abril e maio procedeu-se à detenção dos arguidos e apreensão da cocaína.



Os arguidos encontram-se sujeitos a prisão preventiva.

O Ministério Público foi coadjuvado pela Polícia Judiciária de Faro.

NUIPC 17/21.1JAFAR

Data da acusação: 17-09-2021

20-ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA, FURTO QUALIFICADO, FURTO QUALIFICADO NA FORMA TENTADA, FALSIFICAÇÃO E CONTRAFAÇÃO DE DOCUMENTO E USO DE DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO OU DE VIAGEM ALHEIO

O Ministério Público, no Departamento Central de Investigação e Ação Penal (DCIAP) deduziu acusação contra doze arguidos, imputando-lhe a prática de crimes de associação criminosa, furto qualificado, furto qualificado na forma tentada, falsificação e contrafação de documento e uso de documento de identificação, ou de viagem, alheio.

De acordo com a acusação, desde data não concretamente apurada, mas anterior a 4 de Junho de 2018, um grupo de indivíduos, no qual se incluem, os arguidos agora acusados, organizou-se com o fito de concretizar diversos ilícitos criminais na Península Ibérica, sendo os furtos em estabelecimento bancário o principal ilícito praticado.

Todos os elementos do grupo possuíam grande mobilidade por toda a Península Ibérica. Com o objetivo de melhor prepararem a concretização dos ilícitos cometidos em território nacional, alguns daqueles arguidos deslocaram-se a Portugal, previamente a esses ilícitos, com vista a, designadamente, obterem alojamentos e equipamentos telefónicos e elegerem as dependências bancárias mais adequadas para aqueles intentos.



Nas suas deslocações a Portugal os arguidos fizeram-se transportar, desde Espanha, em diversos veículos de gama alta, todos com matrícula espanhola e registados em nome de terceiros. Nos períodos passados em Portugal, os arguidos efetuaram o arrendamento temporário de residências, ou espaços similares, com capacidade para acomodarem todos os elementos do grupo e as viaturas utilizadas, espaços, esses, localizados, em regra, em zonas isoladas, com bons acessos rodoviários e nas imediações de áreas comerciais.

Tais espaços foram reservados através de plataformas digitais, designadamente as plataformas BOOKING e AIRBNB, com a utilização de elementos falsos ou de terceiros. Uma vez em Portugal, os arguidos utilizaram essas residências e demais espaços reservados de forma discreta, evitando longas permanências no seu exterior e cingindo as saídas diurnas, realizadas em pequenos grupos, à aquisição de alimentos e de artigos que foram utilizados para a preparação ou execução dos factos que a seguir se descreverão, tais como vestuário, calçado e equipamentos telefónicos. Para a execução dos furtos que a seguir se descreverão os arguidos utilizaram habitualmente duas viaturas dotadas de maior robustez e tração integral, adequadas quer para transportar os equipamentos utilizados para aquela execução, quer para lograr uma fuga eficaz, em qualquer tipo de terreno, caso fossem detetados pelas autoridades policiais.

Os arguidos encontram-se, seis deles sujeitos a prisão preventiva, outros três, a termo de identidade e residência e ainda outros três, em fuga, têm mandados de detenção emitidos.

O Ministério Público foi coadjuvado pela Guarda Nacional Republicana.

NUIPC 4/18.7GMLSB

Data da acusação: 04-10-2021



21- TRÁFICO DE ESTUPEFACIENTES, ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA, DETENÇÃO DE ARMA PROIBIDA, FALSIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS E CONDUÇÃO ILEGAL.

O Ministério Público, no Departamento Central de Investigação e Ação Penal (DCIAP) deduziu acusação contra dezassete arguidos, imputando-lhes a prática de crimes de tráfico de estupefacientes, de associação criminosa, detenção de arma proibida, falsificação de documentos e condução ilegal.

De acordo com a acusação, a maioria dos arguidos integra um grupo organizado com vista à aquisição, transporte e revenda de canábis, que traziam de Espanha ou do Algarve para a zona de Lisboa, onde distribuíam tal substância.

Foram apreendidas armas de fogo e munições.

Foram, também, apreendidas 1.023 quilogramas de canábis, além de várias outras pequenas quantidades de drogas diversas.

Foram apreendidos 1.265.821,16 €, arrestados um terreno e um apartamento, cinco veículos (3 motociclos e 2 automóveis) e saldos de quinze contas bancárias.

Os arguidos encontram-se sujeitos, designadamente dois arguidos a prisão preventiva, dois arguidos a obrigação de permanência na habitação com vigilância eletrónica e ainda outros dois arguidos com medidas de proibição de contactos.

O Ministério Público foi coadjuvado pela Polícia de Segurança Pública – 2ª Esquadra de Investigação Criminal de Lisboa.

NUIPC 2634/17.5T9LSB

Data da acusação: 15-10-2021



22-FURTO QUALIFICADO, ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA, TRÁFICO DE ARMAS E DETENÇÃO DE ARMA PROIBIDA

O Ministério Público, no Departamento Central de Investigação e Ação Penal (DCIAP) deduziu acusação contra nove arguidos, imputando-lhes a prática de crimes de furto qualificado, associação criminosa, tráfico de armas e detenção de arma proibida

De acordo com a acusação, desde, pelo menos, o início do ano de 2019 que uma organização criminosa executava furtos nas localidades de Salvaterra de Magos, Muge, Benfica do Ribatejo, Benavente e arredores por forma a arranjar dinheiro, produtos alimentares, não alimentares e combustível.

Nos meses de Abril e Maio procedeu-se à detenção dos arguidos e apreensão de dezenas de objetos furtados, armas e munições.

Dois dos arguidos encontram-se sujeitos à medida de prisão preventiva, dois a obrigação de permanência na habitação com pulseira eletrónica, quatro a apresentações periódicas e proibição de contactos e um outro a termo de identidade e residência.

O Ministério Público foi coadjuvado pela Polícia Judiciária de Lisboa.

NUIPC 434/19.7JDLSB

Data da acusação: 26-10-2021



23-TRÁFICO DE ESTUPEFACIENTES, DANO QUALIFICADO, DETENÇÃO DE ARMA, FAVORECIMENTO PESSOAL E BRANQUEAMENTO.

O Ministério Público, no Departamento Central de Investigação e Ação Penal (DCIAP) deduziu acusação contra doze arguidos, imputando-lhes a prática de crimes de tráfico de estupefacientes (canábis), dano qualificado, detenção de arma, favorecimento pessoal e branqueamento.

De acordo com a acusação, a maioria dos arguidos integra um grupo organizado com vista à aquisição, transporte e revenda de canábis, que traziam de Espanha para a zona de Lisboa, onde distribuíam tal substância.

Foi apreendida uma arma de fogo e munições.

Foram, também, apreendidos 91,5 e 97,5 quilogramas de canábis, bem como a quantia de 1.203.070,00 (um milhão, duzentos e três mil e setenta euros) em numerário, resultantes da venda de canábis.

Dois dos arguidos encontram-se em prisão preventiva e os restantes, sujeitos a termo de identidade e residência.

O Ministério Público foi coadjuvado pela Polícia Judiciária - Unidade Nacional de Combate ao Tráfico de Estupefacientes.

NUIPC 21/20.7PJOER

Data da acusação: 18-11-2021



24- PARTICIPAÇÃO ECONÓMICA EM NEGÓCIO

O Ministério Público, no Departamento Central de Investigação e Ação Penal (DCIAP) deduziu acusação contra três arguidos, imputando-lhes a prática de crimes de participação económica em negócio.

De acordo com a acusação constituíram objeto do inquérito os contratos de Parcerias Público-Privadas (PPP's) celebrados pelo Estado português, (XVII e XVIII Governos Constitucionais) no sector rodoviário, mais concretamente:

- i. A alteração dos contratos de concessão celebrados entre o Estado português e as Concessionárias do Grupo Ascendi, com a introdução de portagens nas ex-SCUT (Costa de Prata, Grande Porto e Beira Litoral e Alta) e a renegociação de 2010 das concessões portajadas do Norte e da Grande Lisboa.
- ii. Os contratos de subconcessão celebrados entre 2009 e 2010, pela EP - Estradas de Portugal, S.A. com as Subconcessionárias do Algarve Litoral, Transmontana, Douro Interior, Baixo Alentejo e Litoral Oeste.

Foi calculado um prejuízo no montante de 3.361.067.169 € (requerimento de perda do valor das vantagens obtidas, no mencionado valor contra os arguidos acusados e contra terceiros).

Os arguidos encontram-se sujeitos a termo de identidade e residência.

O Ministério Público foi coadjuvado pela Polícia Judiciária/ UNCC.

NUIPC 2413/11.3TAFAR

Data da acusação: 06-12-2021



**25-CORRUPÇÃO ATIVA COM PREJUÍZO DO COMÉRCIO INTERNACIONAL,
BRANQUEAMENTO, CORRUPÇÃO PASSIVA NO SETOR PRIVADO E
FALSIFICAÇÃO DE DOCUMENTO. UNIVERSO ESPÍRITO SANTO. PROCESSO
AUTÓNOMO.**

O Ministério Público, no Departamento Central de Investigação e Ação Penal (DCIAP) deduziu acusação contra oito arguidos, imputando-lhe a prática de crimes de corrupção ativa com prejuízo do comércio internacional, branqueamento, corrupção passiva no setor privado e falsificação de documento

A acusação, contra oito arguidos, sete pessoas singulares e uma pessoa jurídica, foi deduzida no âmbito de um inquérito do designado Universo BES/GES.

Foram acusados elementos de entidades financeiras do GES (BES, ESDUBAI), um elemento da área da gestão de fortunas (GESTAR/ICG), dois advogados e uma sociedade de advogados, tendo sido deduzida acusação pela prática dos crimes de corrupção ativa com prejuízo do comércio internacional, branqueamento, corrupção passiva no sector privado e falsificação de documento. Os factos ocorreram nos anos de 2011/2012 e prolongaram-se até junho de 2014. O inquérito teve por objeto a investigação de linhas de crédito no Mercado Monetário Interbancário (MMI) e de linhas de crédito no contexto do crédito documentário (cartas de crédito). A factualidade em causa envolveu ainda o ex-vice-presidente do Banco do Brasil e fornecedores da petrolífera venezuelana PDVSA. Foram apuradas vantagens decorrentes da prática dos crimes indiciados no montante global de 12.242.964,83€.

A investigação ficou concluída no âmbito de um inquérito autónomo do processo principal, o qual já havia conhecido despacho de acusação em julho de 2020.

Os arguidos encontram-se sujeitos a medidas de apresentações periódicas e de caução. O Ministério Público foi coadjuvado pela Polícia Judiciária.



MINISTÉRIO PÚBLICO
PORTUGAL

PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA
DEPARTAMENTO CENTRAL DE
INVESTIGAÇÃO E AÇÃO PENAL

NUIPC 661/21.7TELSB

Data da acusação: 22-12-2021